



|    |                       |
|----|-----------------------|
| 2. | PUBLICADO NO D. O. U. |
| C  | De 03.08.1993         |
| C  | Rubrica               |

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE S  
Processo N.º 10.983.000.739/88-19.

fls. 01.

Sessão de 17 de outubro de 1990

ACORDÃO N.º 201-66.638

Recurso n.º 81.882

Recorrente BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA.

Recorrida DRF. EM FLORIANÓPOLIS - SC.

CERCEAMENTO DE DEFESA - NORMAS PROCESSUAIS - NULIDADES INSANÁVEIS. DECISÃO. IMPLICA EM INEGÁVEL PRETERIÇÃO DO DIREITO DE DEFESA A OMISSÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA EM CONSIGNAR NA DECISÃO QUE Emite ARGUMENTOS QUE EFETIVAMENTE EMBASARAM SUAS RAZÕES DE DECIDIR, TORNANDO-A, EM CONSEQUÊNCIA, TOTALMENTE IMOTIVADA. EFETIVAMENTE, NÃO SUPRE A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESPECIFICADOS NO ARTIGO 31, DO DECRETO nº 70.235/72, A LACÔNICA REMISSÃO A OUTRO PROCESSO ERRONEAMENTE TIDO COMO PRINCIPAL, ONDE ESSES FUNDAMENTOS ESTARIAM PRESENTES. DECISÃO QUE SE ANULA COM BASE NO QUE DISPÕE O ARTIGO 59, II, DO DECRETO 70.235/72.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de RECURSO VOLUNTÁRIO interposto por BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo a partir da decisão recorrida.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1990.

ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - PRESIDENTE

DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO - RELATOR

\* IRAN DE LIMA - PROCURADOR-REP. DA FAZENDA NACIONAL  
VISTA EM SESSÃO DE:- 18 JUN 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros:- LINO DE AZEVE-

**[AZEVEDO MESQUITA, ERNESTO FREDERICO ROLLER [ suplente ], SELMA SANTOS LOMÃO WOLSZCZAK, HENRIQUE NEVES DA SILVA, DITIMAR SOUZA BRITTO WOLLS ROOSEVELT DE ALVARENGA [ suplente ].-**

\*VISTA EM SESSÃO DE 18/06/93, ao PFN, Dr. AIRTON BUENOR, ex-vi da Portaria PGFN nº 356.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
Processo N.º 10.983.000.739/88-19.

fls. 02.

Sessão de 17 de outubro de 1990

ACORDÃO N.º 201-66.638

Recurso n.º 81.882

Recorrente BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA.-

Recorrida DRF. EM FLORIANÓPOLIS - SC.

R E L A T Ó R I O

BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA., pessoa jurídica regularmente estabelecida no município de Florianópolis-SC., à Rua Conselheiro Mafra nº 11/13, portadora do CGCMF. nº 83.845.172/0001-93, ora Recorrente, foi autuada por haver a fiscalização constatado, segundo descreve o AUTO DE INFRAÇÃO de fls. 06 verso o seguinte:-

"INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO NO PIS--FATURAMENTO, QUE É REFLEXO DA OMISSÃO DE RECEITA, APURADA NA FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA, CONFORME O TERMO DE ENCERRAMENTO DE AÇÃO FISCAL QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE AUTO.

DISPOSITIVOS INFRINGIDOS:- ART. 3º, ALÍNEA "B" E 6º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/70, COMBINADO COM O ARTIGO 1º; PARÁGRAFO ÚNICO, ALÍNEA "B", DA LEI COMPLEMENTAR 17/73.

SUJEITA-SE EM CONSEQUÊNCIA, A CONTRIBUINTE, AO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PREVISTO NO ANVERSO, QUE ESTÁ DISCRIMINADO NOS ANEXOS:-"DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO" E "DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS", QUE FAZEM PARTE DESTE AUTO DE INFRAÇÃO!"





**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE S  
Processo N.º 10.983.000.739/88-19.**

**fls. 03.**

**Sessão de 17 de outubro de 1990**

**ACORDÃO N.º 201-66.638**

**Recurso n.º 81.882**

**Recorrente BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA**

**Recorrida DRF. EM FLORIANÓPOLIS - SC.**

Regularmente intimada, a empresa apresentou, tempestivamente, a impugnação de fls. 08/12, em que alega que o auto está fulcrado unicamente em presunções e, como tal imprestável [ segundo corrente jurisprudencial que elenca ]; há ofensa ao artigo 153, da C.F., e do Código Civil, artigo 6º, da Lei de Introdução, bem como o artigo 144, do CTN., posto que a autuação contempla correção monetária que estava extinta durante o Plano Cruzado, alcançando retroativamente o ano base de 1986.

As fls. 32/38, consta informação do Sr. A gente, onde coloca em destaque elementos, segundo entende, reveladores da correção da autuação.

As fls. 34/38, encontra-se encartado e exemplar da decisão proferida no processo IRPJ., cuja ementa é a seguinte:-

**"IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1985 E 1986.**

**NORMAS PARA APURAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOA JURÍDICAS. RECEITAS OPERACIONAIS. A MANUTENÇÃO, NO PASSIVO, DE OBRIGAÇÕES JÁ PAGAS, OU A FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS REPRESENTATIVAS DAS OBRIGAÇÕES, AUTORIZA PRESUNÇÃO DE OMISSÃO NO REGISTRO DE RECEITA, QUE NÃO INFIRMA DA PELA DISPONIBILIDADE DE CAIXA NO PE**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE S  
Processo N.º 10.983.000.739/88-19.

fls. 04.

Sessão de 17 de outubro de 1990

ACORDÃO N.º 201-66.638

Recurso n.º 81.882

Recorrente BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA.

Recorrida DRF. EM FLORIANÓPOLIS - SC.

[PE]-RÍODO.

LANÇAMENTO PROCEDENTE!"

Sobreveio, às fls. 40/41, a r. decisão cuja  
ementa é a seguinte:-

"CONFIRMADOS OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS QUE DE  
"RAM ORIGEM AO LANÇAMENTO DO IMPOSTO DE REN  
"DA NO PROCESSO MATRIZ, IMPÔE-SE, POR MERA  
"DECORRÊNCIA, A MANUTENÇÃO DA EXIGÊNCIA DA  
"CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO PIS.  
"LANÇAMENTO PROCEDENTE.

Intimada de tal r. decisão, apresenta, de  
forma tempestiva, RECURSO VOLUNTÁRIO de fls. 44/49, onde reitera os argumentos anteriormente explicitados e aqui colocados em destaque.-

É, em síntese, o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "André Luiz Góes".



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo Nº 10.983.000.739/88-19.

fls. 05.

Recurso Nº: 81.882

Acordão Nº: 201-66.638

Recorrente: BLABEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA

**VOTO DO CONSELHEIRO:- DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.**

A r. sentença é manifestamente nula!

Com efeito, a ilustre Autoridade Recorrida, ao arrepio do disposto no artigo 31, do Decreto 70.235/62, assentou sua decisão singelamente no considerando de que a ação fiscal de que trata esse processo é mera ação reflexa do lançamento objeto do processo principal e, em sendo assim, a decisão prolatada faz coisa julgada em relação ao presente procedimento.

A ser verdade tal despósito é de se indagar:-Por que, então, de se instaurar esse procedimento?

Não é de ser olvidado que o que se está a perquirir naquele expediente tem fundamento legal próprio diverso do que aqui se julga, que por seu turno, também tem texto legal próprio a regulamentar sua exigêcia. Aliás, também é de ser esclarecido que a competência para apreciação de tais questões estão sujeitas a Conselhos diversos.

De qualquer forma, o modo de decidir que aqui se apresenta sem sombras de dúvida acarreta prejuízos ao sujeito passivo que efetivamente não teve sua impugnação analisada, **como seria de rigor**, à luz do regramento legal que fundamenta a sua imputação, acarretando, via de regra, a **NULIDADE** de que fala o artigo 59, do Decreto 70.235/72. Houve, no caso, preterição do direito de defesa que evidentemente foi relegada sem análise e devida fundamentação para refutá-la.

**Voto, assim**, pela anulação da r. decisão para que a Digna Autoridade Julgadora se digne em proferir outra, em boa e devida forma,



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**Processo № 10.983.000.739/88-19.**

**fls. 06.**

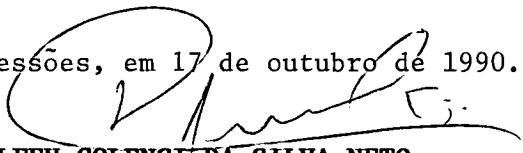
**Recurso №: 81.882**

**Acordão №: 201-66.638**

**Recorrente: BLUBEL CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA.**

[forma,] ou seja, analisando as impugnações apresentadas e, sendo o caso, re-fute-as, fundamentadamente.-

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1990.

  
**DOMINGOS ALFEU COLENÇ DA SILVA NETO**

**Conselheiro-Relator**